

Cooperativismo e direitos humanos

Co-operativism and human rights

José Odelso Schneider*

Unisinos, Brasil
odelso@unisinos.br

Resumo. A doutrina dos Direitos do Homem já estava consolidada desde o século XVII, contudo, tomou maior proporção no século seguinte, ao tornar-se elemento básico da reformulação das instituições políticas. Tal doutrina substituiu sua denominação por uma terminologia mais correta, “direitos humanos fundamentais”, abreviada como “direitos fundamentais”. Na perspectiva de normas constitucionais fundantes do ordenamento jurídico, tem-se que os direitos fundamentais devem ser utilizados também para a solução de conflitos privados, não impondo limitações apenas às ações estatais. A inserção de dispositivos específicos ao cooperativismo na redação da Carta Constitucional advém de influências da doutrina cooperativista. A intenção dos constituintes foi utilizar as cooperativas como instrumento eficaz para melhorar a condição socioeconômica da população, especialmente dos setores mais carentes, em prol de um desenvolvimento mais social, equitativo e humano. Dessa forma, as cooperativas não poderiam deixar de ser inseridas no Título II, Capítulo I da Constituição da República Federativa do Brasil por tratarem de instrumentos aptos para a consecução dos direitos fundamentais. O presente estudo tem por objetivo analisar como e quanto o cooperativismo pode contribuir para o respeito e a realização dos direitos fundamentais. Por isso, extraiu-se do código dos direitos fundamentais aqueles parágrafos nos quais o cooperativismo pode dar ou já está dando uma contribuição específica para o pleno cumprimento de tais direitos.

Palavras-chave: Direitos humanos fundamentais, Doutrina cooperativista, Desenvolvimento social.

Abstract. The Canon of Human Rights is consolidated since the XVI Century, however assumed greater importance in the following century, becoming a basic constituent of the reformulation of political institutions. Such doctrine replaced its old denomination by a more fitting terminology – “Fundamental Human Rights” – in brief “Fundamental Rights”. Considering the basic norms of the judicial regulations, is admitted that the fundamental rights should be taken into consideration to solve public, as well as private conflicts. The insertion of specific rules towards the co-operative association in the text of the Constitutional Documents comes from the statement of the co-operative laws. The constituents tried to associate the co-operative system as an efficient tool to improve the social-economic condition of the population, especially the poorest. Thus, the co-operative association could not be excluded from caput II chapter I of the Brazilian Federation Republic Constitution for dealing with proper instruments to reach the fundamental rights. The present study aims to analyze how and to what extent the co-operative association can contribute to raise tribute upon the fundamental rights. Therefore, was drawn out from the code of the fundamental rights the paragraphs in which the co-operative association already gives a specific contribution to warrant the complete fulfillment of such rights.

Keywords: Social development, Co-operative system, Co-operative association, Fundamental Rights, Doctrine.

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Bairro Cristo Rei, 93022-750, São Leopoldo, RS, Brasil.

Introdução

No cooperativismo pessoas livres se unem, somando suas forças de produção, sua capacidade de consumo e suas economias, no intuito de evoluírem econômica e socialmente, elevando seu padrão de vida. Visa-se, igualmente, beneficiar a comunidade local e toda a sociedade por meio do aumento e barateamento da produção, do consumo e do crédito.

O cooperativismo nunca esteve tão fortalecido e prestigiado quanto na Constituição Federal de 1988, pois o disposto no artigo 5º elevou o ideal cooperativista a um patamar nunca antes reconhecido, tratando-o como fundamento básico na esfera econômico-social. Esse reconhecimento constitucional coincide com um momento histórico, de âmbito nacional e internacional, de expressivo avanço no tocante à liberdade, à democracia e à justiça social, valores estes assumidos como ideais da cooperação, elemento essencial para o desenvolvimento nacional nos termos do que prescreve a Constituição Federal. Vê-se, pois, que o cooperativismo é um instrumental capaz de assegurar esse desenvolvimento, porquanto possui em seu ideário, valores e princípios baseados primordialmente nos direitos humanos.

A inserção de dispositivos específicos ao cooperativismo na redação da Carta Constitucional advém de influências da doutrina cooperativista. A intenção dos constituintes foi utilizar as cooperativas como instrumento eficaz para melhorar a condição socioeconômica da população. Dessa forma, as cooperativas não poderiam deixar de ser inseridas no Título II, Capítulo I, da Constituição da República Federativa do Brasil, por se tratarem de instrumentos aptos para a consecução dos direitos fundamentais

A doutrina dos Direitos do Homem já estava consolidada desde o século XVII, contudo, tomou maior proporção no século seguinte, ao se tornar elemento básico da reformulação das instituições políticas. Tal doutrina substituiu sua denominação por uma terminologia mais correta, “direitos

humanos fundamentais”, abreviada como “direitos fundamentais”.

Na perspectiva de normas constitucionais fundantes do ordenamento jurídico, tem-se que os direitos fundamentais devem ser utilizados também para a solução de conflitos privados, não impondo limitações apenas às ações estatais.

É por essa razão que as cooperativas têm espaço neste contexto quando se trata da norma constitucional brasileira. Os direitos fundamentais, no sentido material, são aqueles considerados indispensáveis à pessoa humana, necessários para assegurar a todos uma existência digna, livre e igual. Desta forma, não basta ao Estado reconhecê-los formalmente, deve-se buscar concretizá-los, incorporá-los no contexto social e na vida de seus cidadãos. Este é o papel do cooperativismo, porquanto é capaz de outorgar ao cidadão em geral e em particular ao cidadão dos setores mais carentes, uma vida digna através da renda advinda do trabalho como cooperado e ainda, fortalecendo-o com os valores éticos inerentes a toda a série de valores, princípios e normas cooperativistas.

O presente estudo tem por objetivo analisar como e quanto o cooperativismo pode contribuir para o respeito e a realização dos direitos fundamentais. Por isso, selecionou-se do código dos direitos fundamentais aqueles parágrafos nos quais o cooperativismo pode dar ou já está dando uma contribuição específica para o pleno cumprimento de tais direitos. Poderemos constatar algumas das contribuições que o cooperativismo pode dar nesta área.

Cooperativismo e direitos humanos: que interações ocorrem entre ambos?

As inovações recentes na Constituição Federal

Ao enumerar as inovações da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, constata-se algumas modificações importantes no que tange ao direito de associação, reconhecendo que tais

direitos também foram estendidos às cooperativas.

As cooperativas vivem hoje um desafio inovador, já que o sistema cooperativo era controlado pelo Estado, através de autorizações, fiscalizações e intervenção. Aliás, no campo do cooperativismo a preocupação da Constituição é grande, recebendo ele tratamento em vários pontos do texto constitucional.

O que consta da Carta Constitucional? Vejamos alguns aspectos!

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...];

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

O conteúdo desse dispositivo é fundamental para o cooperativismo brasileiro, haja vista o impedimento que se criou ao Estado, não permitindo mais que este interfira na criação e no funcionamento das cooperativas.

Há aqueles que exaltam a conquista dessa liberdade institucional concedida às cooperativas. Essa é, por exemplo, a opinião de Bulgarelli (2000; 2001), um dos que mais enriqueceu a literatura cooperativista com as suas obras. Ele considera que o disposto na Constituição representa a doutrina que parabeniza o marco liberalizatório caracterizado no art. 5º, da Constituição Federal em relação ao cooperativismo.

Conforme já foi mencionado antes, com a Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que se iniciou um novo período no ciclo legislativo do regime jurídico das sociedades cooperativas até então presas e submetidas às imposições estatais decorrentes do regime autoritário. Vários artigos da Constituição referem-se às cooperativas no sentido não só de reconhecê-las, de livrá-las das peias estatais, como também para apoiá-las. De todos esses dispositivos sem desmerecer os demais, destaca-se o art. 5º, parágrafo XVIII, já mencionado anteriormente.

O referido artigo assegura a livre criação e permanência de cooperativas, materializando-se no plano constitucional o princípio da auto-organização ou da autogestão, ou ainda, da autonomia cooperativa. Entretanto, persistem dúvidas quanto à extensão do livre exercício associativo (Leite; Leite, 2017). Na realidade, como já exposto, ainda há posições que entendem que deve resistir-se a qualquer tipo de interferência. No entanto, trata-se de considerar que o cooperativismo participa do setor que integra a ordem econômica nacional, sujeito, portanto, a regramentos específicos para o bom e fiel desenvolvimento econômico da nação.

Direitos humanos segundo alguns especialistas

Inspirados em Renato Janine Ribeiro, professor titular de ética e filosofia política na Universidade de São Paulo (Ribeiro, 2017), ao falar dos direitos humanos, procura apresentar-se resumidamente o que segue:

Natural é o que temos por nascença. Os direitos humanos surgem, na modernidade, como direitos naturais. Essa é uma das grandes inovações dos revolucionários ingleses de 1640. A inovação jurídica consiste em considerar que basta o inglês nascer para ter tais direitos. Entre estes estava o de não ser obrigado a acusar a si próprio, o de não pagar impostos que não fossem votados por seus deputados, o de ter voz na política, etc.

A declaração da Revolução Inglesa de 1640 é aprofundada em 1688, quando é deposto o rei Jaime 2º e os reis que o sucedem, aceitam o *Bill of Rights*, que é o nome inglês do que conhecemos, nas línguas latinas, como "declaração de direitos".

Os direitos existem e vigoram, não porque um rei (ou mesmo uma assembleia) assim o quis, mas porque naturalmente todos os humanos, por serem seres humanos, têm tais direitos. A assembleia, seja ela a francesa de 1789 ou a da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, apenas declara os direitos, ela não os cria.

Em 1789, nos inícios da Revolução Francesa, a assembleia, que acaba de se declarar Constituinte, avança mais um passo expressivo, ao votar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Estes não são mais os direitos de um único povo, e sim os da humanidade inteira.

Os direitos passam a universais a partir da grande característica da Revolução Francesa de 1789, que é mais audaz que a Inglesa de 1688 ou mesmo a Americana de 1776: nenhum direito é invocado pelos franceses como sendo apenas nacional. Todos os direitos são do cidadão e do homem como universais.

Em 1791, os Estados Unidos da América (EUA) aprovam sua declaração. Os constituintes de 1787, liderados pelos federalistas, haviam dado maior importância à mecânica dos três poderes do que aos direitos humanos. Em 1791, Thomas Jefferson, propôs que a adesão à Carta Constitucional viesse junto com uma série de emendas reconhecendo direitos aos indivíduos. São as dez primeiras emendas à Constituição americana, conhecidas como *Bill of Rights* (Ribeiro, 2017).

Quando estudamos os direitos humanos, são estes os três textos clássicos e iniciais, aos quais se soma, em 1948, a Declaração da Assembleia Geral da ONU. Vemos que eles se foram expandindo, a partir, porém de uma ideia inicial e decisiva. Tais declarações afirmam que os direitos humanos estão acima de qualquer poder de Estado.

Este é o cerne da ideia de direitos humanos, e vê-se qual a sua conclusão lógica: que os governos não podem violar tais direitos impunemente, e -se o fizerem- devem pagar por isso. Cedo ou tarde, precisaremos assim ter uma jurisdição supranacional que julgue e puna criminosos que só têm em seu favor, como Pinochet ou Saddam Hussein, o fato de terem cometido crimes em tão larga escala que escapam – por um tempo – ao castigo merecido.

A declaração inglesa exclui dos direitos os estrangeiros, a americana os escravos. Já a francesa (a mais universalizante) encontra um de seus limites na recusa, em 1791, de uma declaração dos direitos das mulheres: *Olympe de Gouges*, sua proponente, que foi guilhotinada em 1793.

E, recentemente, surgiram os direitos difusos, dos quais o grande exemplo são os relativos ao meio ambiente, que não têm titulares precisos, perfeitamente definidos, mas beneficiam a todos. Isso é irônico, porque o direito ao ar puro protege até os próprios poluidores, porque eles precisam, para viver, da mesma atmosfera que estão degradando.

E assim pode ser que o arremate dos direitos humanos seja, para além do homem, uma declaração de direitos dos animais e até da natureza. Haverá melhor sinal de que essa ideia, pois 300 anos depois de irromper, continua fecunda e revolucionária?

A Constituição brasileira de 1988 segue essa lição: pela primeira vez em nossa história, os direitos humanos precedem o funcionamento dos poderes de Estado. Ela ensina que o Estado está a serviço dos cidadãos.

Na perspectiva dessa visão ampla e recente dos direitos humanos, o cooperativismo tem a seu dispor um espaço para assumir seu protagonismo na perspectiva de ser autônomo e livre no exercício de suas atividades. Porém, o livre exercício da cooperação, não quer dizer que as cooperativas nascem e fazem o que bem entenderem, sem respeitar os parâmetros mínimos do que se designa uma conduta digna. Não se pode perder de vista que a Constituição, especialmente pela combinação dos arts. 174 e 173, parágrafo 3º, outorga ao estado o poder de monitoramento da atividade econômica e lhe impõe o dever de reprimir eventuais abusos.

O cooperativismo e o equilíbrio nas relações econômico-sociais

O permanente equilíbrio nas relações econômico-sociais, o empenho pela justiça e a equidade, e a elevação do interesse público são valores ou fundamentos que se sobrepõem à livre iniciativa. Que isso ocorra de forma a estimular iniciativas em prol do bem-estar e do progresso da sociedade, também junto às cooperativas, mas respeitando nelas a sua autonomia. Pois o controle das cooperativas “deve ser feito pelos associados, de forma que a educação

cooperativista, como princípio do cooperativismo (educação, formação e informação) deve ser o instrumento que possibilite ao associado o efetivo controle para a consecução da autogestão, além da melhor qualificação dos gestores e dos órgãos de fiscalização da cooperativa” (Machado, 2017). No que respeita à autonomia cooperativa, segundo a mesma fonte, “elas ainda não estão totalmente livres do ranço intervencionista do Estado, que vez por outra, especialmente através de agências reguladoras, ultrapassa o limite regulatório, ferindo disposição constitucional de não intervenção” (Machado, 2017).

Neste sentido, os associados como verdadeiros protagonistas do processo cooperativo, devem precaver-se contra a criação descontrolada de cooperativas, sem objeto preciso e sem preocupação com a sua viabilidade econômico-financeira. Pode suceder que várias cooperativas sejam geridas por administradores sem os mínimos atributos profissionais; sem a menor consciência de suas responsabilidades, quando, não raro, também inescrupulosos. Estas condições, em nada acrescentarão à sociedade, cujos interesses públicos estão sempre acima de qualquer organização ou iniciativa particular e mesmo para o próprio setor, a festejada liberdade de criação, organização e funcionamento.

O papel de estímulo do Estado não pode ser visto de outro modo que não o de contribuir para o generalizado bem-estar social, porquanto, por meio desse apoio em relação às questões econômicas, é que se assegura ao indivíduo e cooperado um melhor viver, o exercício de todas as suas prerrogativas como cidadão. Aos protagonistas do processo cooperativo, requer-se que assumam a máxima vigilância para obstar atitudes danosas à sociedade, efetuadas por quem detém um maior poder econômico. Requer-se a mesma capacidade de fiscalização, eliminando no seu próprio nascedouro as atitudes fraudulentas, como por exemplo algumas que vêm ocorrendo em relação às cooperativas de trabalho, apesar do advento de recente diploma legal visando refrear tal situação.

Em seguimento ao presente ensaio, pretendemos apontar a necessidade da complementação da visão dos direitos humanos pela ética cooperativa iniciando uma nova sociedade onde exista efetivamente relacionamento de aceitação entre as pessoas, entre as comunidades, as classes sociais e entre as nações.

O objetivo do nosso trabalho também é discutir e analisar os vários olhares sobre os direitos humanos, mostrando que as leis são imposições desvinculadas da realidade humana sendo necessária a elaboração de um espaço onde os seres humanos possam ampliar suas consciências, originando uma ética cooperativa, tornando efetiva a solidariedade entre as pessoas e logicamente dando origem a uma nova sociedade.

Versão íntegra de aspectos dos direitos humanos à luz do cooperativismo

Artigos mais específicos dos direitos humanos e espaços para ações cooperativas

CONSIDERANDO que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, que a Sociedade se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Na prática das ações e dos processos das organizações cooperativas, elas sobrevivem e se consolidam, na medida em que esteja presente em todos os seus processos e atividades, a permanente preocupação em prol da formação de uma “cultura cooperativa”. Porque nas cooperativas, os seus objetivos conseguem realizar-se melhor, na medida em que impere nelas a cultura de autoajuda de cada cidadão, combinada à máxima da ajuda mútua. Quando tais visões estiverem presentes em

quaisquer processos e atividades das organizações cooperativas, elas se constituem em efetivos e profundos processos de transformação. E a garantia de sua eficácia reside na sua inspiradora fonte de energia que é sua peculiar visão de sociedade e da economia, bem como dos valores, princípios e normas do cooperativismo.

Artigo 1 - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Uma das condições para realizar este artigo é cooperar cooperando. Os cooperados, agindo uns em relação aos outros, procuram colocar em prática o espírito de fraternidade e da equidade, mas de forma estruturada, organizada, inspirando-se em uma visão peculiar do mundo, da sociedade e da organização econômica, movidos por uma ideologia peculiar, um conjunto doutrinário de valores, princípios e normas que as motivam e orientam no agir econômico e no processo produtivo. O princípio da livre adesão ou das portas abertas, demonstra, segundo alguns especialistas, o espírito altruísta da cooperação, já que os fundos sociais que se criam e se aumentam com o esforço de gerações passadas e presentes, está à disposição dos membros que no futuro queiram ingressar na cooperativa. Tal atitude é frontalmente contrária à acumulação de riqueza nas mãos de um indivíduo ou de pequenos grupos, ocupados apenas em afirmar seu direito de fruição máxima de seus bens no momento presente (Lambert, 1975, p. 83).

Artigo 7 - Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Onde tende a haver mais discriminação? Ela costuma ocorrer de forma expressiva e dominante, no processo produtivo e de geração de bens e serviços que asseguram a questão essencial nas pessoas e nos grupos

que é a sua sobrevivência. Quando tais processos puderem ser geridos de forma cooperativa e solidária, uns motivando, cobrando e vigiando sobre outros no mesmo projeto cooperativo, melhor, mais garantia para os indivíduos, mais abertos os espaços de conquista para os empreendimentos coletivos. Os Pioneiros de Rochdale foram influenciados pela visão de Robert Owen, que entendia ser o processo de cooperação, sobretudo no campo econômico, uma forma adequada para elevar as pessoas em direção a mais humanidade, a um nível moral superior, como forma mais plena de realização humana. Por outro lado, outro utopista inglês que foi William King, tiveram a experiência de participarem de uma cooperativa de consumo, das muitas por ele criadas, mas que foi à falência durante a “faminta crise dos anos 40 do Século XIX” (Lambert, 1975, p. 87) de cuja amarga experiência tiraram as lições para aperfeiçoar o modelo da cooperativa pioneira, a ser constituída em 1844.

A vida familiar, interferências e cooperativismo

Artigo 12 - Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Menos interferência na vida privada e familiar, quanto mais as pessoas se estruturarem e produzirem de forma coletiva, consciente, voluntária e cooperativa. Todos pegando juntos como protagonistas de um projeto coletivo, e firmados na transparência dos seus processos internos de interação, assegura-se mais e melhor o protagonismo de cada um deles, sem ameaças de interferência do poder econômico e social do mercado. Portanto, é dentro deste contexto que se compreende melhor o sentido do princípio da neutralidade política, social, racial e religiosa do movimento cooperativo. É no clima da transparência interna e de democrática participação que o cooperativismo afirma sua autonomia, frente às possíveis interferências externas,

especialmente de um mercado que se orienta por lógica completamente contrária, centrada no lucro, na acumulação e na busca do poder.

Artigo 16 - I) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. II) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes. III) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

O cooperativismo protege, fortalece e viabiliza econômica e socialmente a família dos associados. As cooperativas se envolvem em atividades que fomentam a proteção na educação, na saúde e na segurança. Muitas promovem atividades culturais e de lazer específicas com as mulheres e com os filhos dos associados. Sobretudo na atividade econômica onde se jogam os interesses de sobrevivências das pessoas e das famílias, as cooperativas geralmente mostram seu bom e oportuno desempenho. E ali, os cidadãos devem ter a necessária autonomia, liberdade e competência, para estruturarem formas coletivas de produção de bens e serviços, em especial, através de organizações cooperativas e da economia solidária.

O direito à propriedade e à liberdade de associação: contribuições do cooperativismo

Artigo 17 - I) Todo o homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Sobretudo sob a forma cooperativa ou solidária é que se assegura aos associados o direito à propriedade produtiva. Mediante o esforço coletivo/associativo se fortalece o direito à propriedade individual que cada associado tem. E há neste aspecto uma particular contribuição das cooperativas, que procuram não só proteger e manter o patrimônio/propriedade dos associados,

mas o incentivam a ter cuidado com sua propriedade, como o seu maior patrimônio, no sentido de não a exaurir nas suas potencialidades e preservá-la para o efetivo usufruto das gerações futuras. A democratização da propriedade, fonte de riqueza e da sobrevivência, tão ameaçada no furor da concorrência capitalista do mercado, com sua tendência exclusivista e expropriadora, tem no cooperativismo as condições seguras para sobreviver e se fortalecer.

Artigo 20 - I) Todo o homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. II) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

A adesão a uma cooperativa não pode ser coercitiva. A filiação a uma cooperativa sempre deve ser livre, consciente e solidária. Esta exigência dá mais qualidade e reforço à opção qualificada de cada associado e de sua família a uma cooperativa. E as cooperativas promovem anualmente reuniões e associativismo pacífico, com transparente prestação de contas das suas atividades, com consulta às suas bases, com tomada coletiva de decisões e planejamento para os próximos anos, e com a escolha democrática de seus dirigentes. Neste processo é relevante que os associados correspondam aos anseios e às propostas de seus dirigentes, mas precavendo-se contra possíveis manipulações ou outras manobras escusas.

Artigo 22 - Todo o homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Deve fomentar-se também a cooperação interna e intersetorial, superando a atividade individualista e fragmentada. É imperioso congregar-se a coletividades, que atuam conjunta, consciente e responsavelmente num empreendimento coletivo, que ajudem a assegurar a dignidade e o desenvolvimento recíproco entre indivíduos fortalecidos e assegurados

por ações cooperativas. É em cooperativas razoavelmente geridas e consentâneas com seus valores, princípios e normas, que priorizam o coletivo, que os associados encontram sua segurança e nelas e por elas conseguem afirmar a sua identidade de produtores, prestadores e prestamistas num mercado extremamente competitivo e individualista.

O cooperativismo e o direito ao trabalho, ao emprego e à organização associativo-sindical

Artigo 23 - I) Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. II) Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

Igual remuneração por igual trabalho é assegurada a cada associado, seja homem ou mulher, porque assegurada pela norma básica de “uma pessoa, um voto”, num clima democrático e participativo. Esta norma foi pioneira e precursora nas organizações cooperativas, introduzida na emenda aos estatutos em 1845, ou seja, um ano após a fundação da cooperativa e muitas décadas antes que na cultura política europeia se introduzisse esta norma nas organizações políticas e democráticas dos países europeus. Por outro lado, é nas cooperativas que melhor se dão as condições justas e favoráveis de trabalho e de proteção contra o desemprego, que é hoje a dolorosa chaga social que já perdura há anos em nossa sociedade e afetando especialmente a população mais jovem.

III) Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Toda organização cooperativa, interessada em qualificar o associado como produtor, prestador de serviços, ou prestamista, através de cursos, de seminários, e até de assembleias gerais específicas, etc. contribui para a melhoria de

renda dele e dos demais colegas cooperados. Realizando isso, as cooperativas são e foram pioneiras na sua atuação junto às dinâmicas seletivas e às vezes discriminatórias dos mercados. E nas cooperativas, todos os membros tem direito à participação nos excedentes gerados, na exata proporção de sua persistência e fidelidade em operar com a cooperativa. Ora, tudo isso contribui para que se assegure aos cooperados e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana e outros meios de proteção social.

IV) Todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Por força da mesma norma, todo o homem e mulher tem igualmente o direito de organizar cooperativas ou outras formas de empresas solidárias, para maior segurança sua, de sua família e das próprias atividades econômicas no mercado local. E, ao constituir uma cooperativa, o associado tem o direito de (Krueger; Vieira; Oliveira, 2009, p.12):

1. Usufruir dos serviços prestados pela cooperativa;
2. Procurar informar-se sobre todos os planos, projetos e atividades de sua cooperativa.
3. Contribuir para os diversos momentos de deliberação na cooperativa;
4. Fiscalizar, controlar direta ou indiretamente a administração, os seus livros e documentos;
5. A qualquer momento, o associado tem o direito de retirar-se de sua organização.

A cooperação é constitucional e fundamental, a que valida, legítima uma sociedade, como cooperativa, um negócio jurídico como ato cooperativo e um sistema ou setor econômico. O direito cooperativo objetiva primordialmente convidar o leitor a uma tomada de consciência, da dinâmica e do modo de ser cooperativo no mundo econômico. Ou seja, ter a percepção do Direito Cooperativo como abertura para novos sentidos e significados da cooperação,

nas vivências e experiências das sociedades e dos negócios num campo tão conflitivo quanto é o econômico. Portanto, é um direito não engessado, mas aberto e sensível às novas dinâmicas sociais e econômicas (Krueger, Vieira; Oliveira, 2009)

Direito a um padrão de vida de bem estar

Artigo 25 - I) Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Assim como cada cooperado tem direitos, cabem-lhe também alguns deveres quais sejam (Krueger; Vieira; Oliveira, 2009, p. 122):

1. A lealdade e fidelidade em operar com a sua casa, fortalecendo-a, prestigiando-a e não desviando produtos, serviços e funções para empresas e entidades da concorrência;
2. O dever de manter o sigilo sobre assuntos internos da cooperativa e assim preservando-a das ameaças e imprevistos da concorrência;
3. O dever de informar-se sobre os assuntos de sua casa, os seus desafios, as suas perspectivas, etc.;
4. A integralização pontual do capital, segundo ritmos e montantes definidos democraticamente em assembleia geral;
5. Contribuir com o rateio das despesas sociais;
6. Participação ativa, responsável e consciente nas operações da sociedade.

Portanto, todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis.

II) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social."

As cooperativas e os empreendimentos da economia solidária contribuem para assegurar as condições básicas de proteção social, ou seja, condições básicas de renda mínima, para arcar com as despesas de uma vida digna e segura, de bons preços para sua produção e serviços, a alimentação, saúde, casa, dos associados e de suas famílias.

Artigo 27 - I) Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

As organizações cooperativas e da economia solidária são instâncias relevantes e suficientemente abertas para que os cooperados possam ter disponibilizado um acesso ágil e diversificado para as ofertas da vida cultural e das inovações e conquistas do progresso científico. Normalmente, as cooperativas alimentam um canal próprio de comunicação estruturada, atualizada e permanente com os seus cooperados.

II) Todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Todo homem, especialmente o associado de cooperativa, verdadeiro dono e agente do desenvolvimento de sua organização, deve ser o responsável individual e coletivo de suas produções. A cooperativa como ente coletivo, responde perante os associados, o mercado e o Estado, no que respeita à qualidade e credibilidade da sua produção e dos seus serviços. Para continuar a ser um líder e promotor de sua organização, deve estar motivado, em prol do empenho coletivo na qualidade da produção e da prestação de serviços. Deverá mostrar abertura e sensibilidade para as novas conquistas do saber e da tecnologia, e até patrocinando e colaborando no desenvolvimento cultural e artístico da comunidade.

Considerações finais

Pode haver efetivamente muita complementariedade e estreita relação entre cooperativismo e os direitos humanos. Ou seja, o cooperativismo, por sua natureza de ação coletiva, consciente, grupal, bem determinada e estruturada, muito tem a contribuir para o respeito e a complementação dos direitos humanos na sua aplicação prática no dia-a-dia da vida das sociedades.

Por quê? Pois o cooperativismo é o resultado de uma consciente vontade e ação coletiva. É uma organização para resolver de forma equilibrada e justa os grandes desafios da sobrevivência no campo tão conflitivo e prenhe de interesses contraditórios, quanto é o campo econômico.

Pois, os fundadores da Cooperativa Pioneira de Rochdale, que sentiram na própria carne os efeitos desagregadores e de desigualdade econômica e social gerados pelo capitalismo industrial da época, conseguiram chegar a bons resultados no campo do consumo, mediante uma ação coletiva e conscientemente assumida. Emanciparam-se da dependência exploradora dos comerciantes da época, ao criarem o armazém cooperativo. Esta iniciativa lhes abriu um espaço de autonomia e de autoconfiança na construção do seu futuro, mais livres em relação à exploração comercial e até industrial da época.

Normalmente pessoas na extrema pobreza e marginalidade, vivem isoladas, desarticuladas e semianalfabetas, incapazes de se organizarem, se mobilizarem para somar energias e iniciativas que lhes permitam sair da dramática situação em que vivem. Quando, após anos de passividade e marginalidade, porque vítimas do semi-analfabetismo e da desorganização, descobrem o associativismo e o cooperativismo, em que ambos lhes permitem potencializar-se, através de crescentes ações e iniciativas coletivas, estão iniciando e consolidando o seu processo de emancipação econômica e social.

Pois, especialmente o cooperativismo une e articula esforços para quem está isolado, une e mobiliza pessoas que estavam desunidas, remotiva pessoas que estavam desanimadas, fragmentadas e passivas. Qualifica pessoas para uma produção competente e para a afirmação de sua autonomia. Fortalece e municia o “eu” num contexto de “nós”. Por isso, indivíduos que experimentam ativa e conscientemente ações coletivas, contagiam-se e motivam-se reciprocamente, nutrindo neles o crescimento da autoestima, que consolida a sua caminhada coletiva em prol da mais plena emancipação econômica e social.

Referências

- BULGARELLI, W. 2000. *As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica*. Rio de Janeiro: Renovar. 377 p.
- BULGARELLI, W. 2001. *Sociedades comerciais: sociedades civis, sociedades cooperativas, empresas, estabelecimento comercial*. São Paulo: Atlas. 400 p.
- CONTO, M. 2015. *A hermenêutica dos direitos fundamentais nas relações cooperativo-comunitárias*. Porto Alegre: SESCOOP/RS. 255 p.
- DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- KRUEGER, G.; VIEIRA, P. G. L.; OLIVEIRA, P. I. G. 2009. *Curso de direito cooperativo*. Belo Horizonte: Mandamentos Edit. 240 p.
- LAMBERT, P. 1975. *La doctrina cooperativa – 4ª. Edición*. Buenos Aires: Intercoop Edit. 357 p.
- LEITE, M. F. S.; LEITE, G. S. 2017. *Direitos fundamentais: a inserção do cooperativismo em seu contexto*. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/18940/direito-cooperativista#!2#ixzz48HRmHZ1r>. Acesso em: 24 maio 2017.
- MACHADO T. 2017. Assessor Jurídico do Sistema OCERGS/SESCOOP/RS.
- PERIUS, V. 2001. *Cooperativismo e lei*. São Leopoldo: Unisinos Edit. 351 p.

- PORT, M.; MEINEN, Ê. 2014. *O cooperativismo de crédito hoje e amanhã*. Brasília: Confebras.
- RIBEIRO, R. J. 2017. *Uma ideia que nasceu há 300 anos*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/historia/renato_janine_deconu_300.htm. Acesso em: 19 jun. 2017.
- SCHNEIDER, J. O. (org.). 2003. *A educação cooperativa e suas práticas*. Brasília/São Leopoldo: SESCOOP/UNISINOS. 256 p.
- SCHNEIDER, J. O. 2003. *Democracia-participação e autonomia cooperativa*. 2ª. Ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 456 p.
- SCHNEIDER, J. O. 2010. *Educação e capacitação cooperativa – os desafios no seu desempenho*. São Leopoldo: EDUNISINOS. 140 p.
- VEGA, D. N. 1995. *Aporte de las cooperativas a un proceso de desarrollo con equidad en América Latina*. Bogotá: ALCECOOP y Consultamérica. 106 p.
- WATKINS, W. P. 1989. *Los principios cooperativos hoy y mañana*. Bogotá: ESACOOOP. 163 p.

Submetido: 12/02/2017

Aceito: 26/09/2017